e-DOC 414A615A-e
Proc 26640/2018

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS – CNPJ nº 60.555.513/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Membros do Conselho:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração apresenta-lhes o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017, completado pela respectiva Demonstração dos Resultados, Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do Fluxo de Caixa-Método Indireto, correspondentes ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

1-Desempenho Financeiro

Apesar da crise econômico-financeira pela qual passa o país, a Fundação Carlos Chagas obteve no ano de 2017 bons resultados, ressaltando que esses consideráveis resultados decorrem de critérios que vem sendo adotados pela Diretoria com o objetivo de incrementar a receita, aliados à política de compressão de despesas.

2-Pesquisa e Educação

A área de Educação e Pesquisa da Fundação Carlos Chagas tem contribuído por meio de suas ações educacionais – pesquisa, publicações, formação e incentivos por meio dos Prêmios - com o amplo campo da educação seja no âmbito acadêmico, seja com subsídios para as políticas públicas e na consolidação de redes de experiências e de troca de conhecimentos, cumprindo sua função precípua de interesse público em prol da qualidade da educação pública do país.

Considerando que o investimento em educação e pesquisa sempre foi uma das forças motrizes da Fundação Carlos Chagas e no decorrer de 2017 desenvolveu um conjunto de atividades buscando implementar ações que se alinhassem ao Estatuto da instituição.

3-Agradecimentos

A Fundação Carlos Chagas registra seus agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, tem colaborado para o progresso e projeção da instituição.

A DIRETORIA

São Paulo, 09 de Março de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R$ 1)

ATIVO

	2017	2016
CIRCULANTE	**1.087.661.726**	**989.357.468**
Caixa e equivalentes de caixa	892.327.759	910.883.741
Investimentos temporários em curto prazo	174.458.455	63.828.829
Contas a receber de clientes	20.635.990	14.496.707
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(690.268)	(690.268)
Adiantamentos diversos	407.165	320.247
Estoques	453.145	444.670
Despesas do exercício seguinte	69.480	73.542
NÃO CIRCULANTE	**948.371.081**	**908.292.356**
Realizável em Longo Prazo	**875.418.336**	**837.936.546**
Depósitos em caução	2.088.778	3.157.350
Depósitos judiciais	185.429.451	183.527.320
Investimentos temporários em longo prazo	687.900.107	651.251.877
Investimentos (Propriedades para investimento)	**65.628.036**	**61.882.540**
Imobilizado	**7.324.709**	**8.473.270**
TOTAL DO ATIVO	**2.036.032.807**	**1.897.649.824**

PASSIVO

	2017	2016
CIRCULANTE	**36.457.239**	**36.013.768**
Fornecedores	1.622.017	1.261.438
Impostos e contribuições a recolher	860.468	495.463
Salários e encargos sociais	2.209.776	2.059.984
Provisões de férias e encargos sociais	2.905.659	2.815.100
Receitas diferidas	28.534.905	29.140.044
Outras obrigações	324.414	241.739
NÃO CIRCULANTE	**94.863.189**	**84.936.876**
Exigível em Longo Prazo	**94.863.189**	**84.936.876**
Provisão para contingências	94.863.189	84.936.876
PATRIMÔNIO SOCIAL	**1.904.712.379**	**1.776.699.180**
Fundo patrimonial	1.776.699.180	1.647.357.894
Superávit do Exercício	128.013.199	129.341.285
TOTAL DO PASSIVO	**2.036.032.807**	**1.897.649.824**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R$ 1)

	Fundo Patrimonial
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**1.647.357.894**
Superávit do Exercício	129.341.285
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**1.776.699.180**
Superávit do Exercício	128.013.199
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**1.904.712.379**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Carlos Chagas, após examinarem este Balanço Patrimonial e a Demonstração dos Resultados, bem como os demais documentos e peças contábeis concernentes ao exercício de 2017, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, resolvem, fundamentados no item "A" do artigo 28º dos Estatutos da Fundação, aprovar o presente Balanço Geral.

São Paulo, 09 de Março de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R$ 1)

	2017	2016
RECEITA DE PROJETOS	**56.455.579**	**42.246.866**
CUSTOS DOS PROJETOS	**(39.508.025)**	**(29.200.524)**
RESULTADO BRUTO	**16.947.554**	**13.046.342**
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	**111.065.645**	**116.294.944**
Despesas com pessoal	(24.469.933)	(23.450.986)
Despesas com materiais	(2.763.878)	(1.941.624)
Despesas com serviços	(10.156.312)	(10.076.548)
Outras despesas operacionais	(2.778.405)	(8.993.929)
Depreciações	(4.716.528)	(5.004.189)
Receitas financeiras líquidas	136.524.352	147.276.900
Outras receitas	19.426.349	18.485.320
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**128.013.199**	**129.341.285**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R$ 1)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Ajustado	**132.891.727**	**134.345.475**
Superávit Líquido do Exercício	128.013.199	129.341.285
Depreciação / Amortizações	4.716.528	5.004.189
Ganho/Perda na venda de ativo imobilizado	162.000	-
Variações nos Ativos e Passivos	**(143.972.246)**	**(80.599.128)**
(Aumento)/diminuição Investimentos Temporários - C.P.	(110.629.626)	11.331.917
(Aumento)/diminuição de Contas a Receber	(6.139.283)	1.378.042
(Aumento)/diminuição de Adiantamentos Diversos	(86.918)	102.393
(Aumento)/diminuição dos Estoques	(8.476)	(51.128)
(Aumento)/diminuição de Despesas do Exercício Seguinte	4.062	(23.955)
(Aumento)/diminuição de Depósitos em Caução - L.P.	1.068.572	160.117
(Aumento)/diminuição de Depósitos Judiciais - L.P.	(1.902.131)	(92.833.553)
(Aumento)/diminuição Investimentos Temporários - L.P.	(36.648.230)	(27.861.168)
Aumento/(diminuição) de Fornecedores	360.579	50.423
Aumento/(diminuição) de Impostos e Contribuições a Recolher	365.005	(289.337)
Aumento/(diminuição) de Salários e Encargos Sociais	149.792	48.151
Aumento/(diminuição) de Provisão de Férias e Encargos Sociais	90.559	191.534
Aumento/(diminuição) de Receitas Diferidas	(605.139)	12.588.144
Aumento/(diminuição) de Outras Obrigações	82.675	(65.916)
Aumento/(diminuição) Provisão p/ Contingências Fiscais e Trabalhistas	9.926.313	14.675.207
Caixa Líquido Gerado/Utilizado das Atividades Operacionais	**(11.080.519)**	**53.746.347**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do imobilizado / intangível	(7.588.868)	(245.742)
Venda de bens do imobilizado	-	-
Baixa imobilizado	113.405	2.837
Caixa Líquido Gerado/Utilizado nas Atividades de Investimento	**(7.475.463)**	**(242.905)**
DISPONIBILIDADE LÍQUIDA GERADA/ APLICADA NO EXERCÍCIO	**(18.555.982)**	**53.503.442**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	910.883.741	857.380.299
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	892.327.759	910.883.741
Aumento/Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(18.555.982)**	**53.503.442**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R$ 1)

1. Contexto Operacional

A Fundação Carlos Chagas, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, tem por objeto o desenvolvimento de atividades primordialmente técnicas e científicas, voltadas para a promoção do desenvolvimento educacional e social, destacando-se a realização de pesquisas e estudos educacionais; organização, planejamento, assessoria e execução de concursos públicos; processos seletivos para instituições públicas e particulares; vestibulares e outras atividades correlatas aos seus objetivos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis – Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, às vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. A administração da Fundação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b. Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices ou taxas oficiais, "pro rata temporis", incidentes sobre ativos e passivos circulantes e em longo prazo.

c. Instrumentos financeiros – Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras obrigações. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo quando mantidos para negociação ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

d. Moeda funcional – A administração da Fundação definiu que sua moeda funcional é o real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

e. Passivos contingentes – Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente e divulgados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, a natureza das ações, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração e são reconhecidas nas demonstrações contábeis, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança.

f. Ativos circulantes e não circulantes

• **Caixa e equivalentes de caixa –** compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários demonstrados ao custo e aplicações financeiras compostas substancialmente de fundos de renda fixa, Certificados de Depósito Bancário – CDB, a taxas pré-fixadas, Letra Financeira - LF, Letra Financeira do Tesouro – LFT, Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE, Cédula de Crédito Bancário – CCB e Debêntures. As aplicações financeiras são realizadas com diversas instituições financeiras, para minimizar o risco de crédito, política esta adotada pela Fundação no gerenciamento desses ativos financeiros.

Descrição	2017	2016
Caixa e bancos	803.694	369.130
Aplicações financeiras	891.524.065	910.514.611
Total	**892.327.759**	**910.883.741**

Entre os exercícios de 2011 a 2013 a administração, aplicou os recursos da Fundação em prazos mais longos. A partir do exercício de 2014 a administração priorizou a liquidez das aplicações financeiras.

Contas a receber de clientes – as contas a receber são decorrentes de serviços de organização, planejamento, assessoria e execução de serviços técnicos prestados e estão avaliadas pelos valores nas datas das prestações dos serviços, incluindo os respectivos impostos.

• **Provisão para créditos de liquidação duvidosa –** É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação a contas a receber, incluídos na sua composição os serviços prestados a órgãos governamentais, clientes corporativos e outros clientes inadimplentes, vencidos em período superior a 365 dias.

• **Despesas Antecipadas –** referem-se a pagamentos de seguros, cujos direitos de benefícios ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio da competência.

• **Estoques –** estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem e estão assim distribuídos:

Descrição	2017	2016
Materiais Gráficos	153.629	148.918
Materiais de Informática	34.819	56.458
Publicações	139.973	172.893
Outros	124.724	66.401
Total	**453.145**	**444.670**

• **Depósitos judiciais –** Correspondem a valores depositados em juízo, relativos a processos trabalhistas, tributários e cíveis, que se encontram em instâncias diversas, aguardando os desfechos finais de seus julgamentos.

• **Investimentos (Propriedades para investimento) –** São representados por imóveis e estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção. Os investimentos, registrados até 31 de dezembro de 1995, são corrigidos monetariamente até aquela data. As depreciações de edificações locadas são calculadas linearmente, considerando-se a vida útil de 25 anos. O saldo da conta Investimentos (Propriedades para investimento) compõe-se de:

Descrição	2017	2016
Terrenos	9.189.528	9.189.528
Edificações	103.214.925	95.716.335
Sub-total	**112.404.453**	**104.905.863**
(-) Depreciação Acumulada	(46.776.417)	(43.023.323)
Total	**65.628.036**	**61.882.540**

A administração contratou empresa especializada para avaliar os bens imóveis constatando que o valor contábil é inferior ao valor de mercado.

Em 2017 a Fundação recebeu em dação em pagamento, de devedor de CCB – Cédula de Crédito Bancário, imóveis no valor de mercado de R$ 7.498.590. A intenção da administração é locar os referidos imóveis.

• **Imobilizado –** Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Fundação. Os bens estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, de acordo com as taxas divulgadas nesta nota. **Redução do Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*):** Quanto aos bens registrados no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam indícios de redução ao valor recuperável dos ativos.

Bens em Operação	Taxa %	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	2017 Valor Líquido	2016 Valor Líquido
Terrenos	-	1.971.920	-	1.971.920	1.971.920
Edifícios	4	7.816.562	(4.267.517)	3.549.045	3.837.920
Instalações	10	1.925.130	(1.265.252)	659.878	789.113
Máquinas e Equipamentos	10	868.128	(550.539)	317.589	382.384
Móveis e Utensílios	10	2.365.048	(2.048.664)	316.384	377.409
Veículos	20	1.160.272	(1.115.000)	45.272	250.280
Equipamentos de Informática	20	6.457.831	(5.993.210)	464.621	864.245
Imobilizado Líquido		**22.564.891**	**(15.240.182)**	**7.324.709**	**8.473.270**

g. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços.

• **Receitas diferidas –** Referem-se as receitas de projetos, pesquisas educacionais e realização de concursos, não concluídos até 31 de dezembro. A apropriação das receitas é feita proporcionalmente aos respectivos custos incorridos, ou seja, pela prestação dos serviços.

Descrição	2017	2016
Concursos diversos	24.763.069	26.804.627
Recursos de Entidades	3.771.836	2.335.417
Total	**28.534.905**	**29.140.044**

• **Outras obrigações** – estão assim constituídas:

Descrição	2017	2016
Seguro Educacional	217.698	228.754
Outras	106.716	12.985
Total	**324.414**	**241.739**

• **Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis –** correspondem, basicamente, a processos de ISS do período de 2002 a 2015, IPTU do período de 2005 a 2015 e COFINS, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos assessores jurídicos como provável. Os valores estão assim constituídos:

Descrição	2017	2016
Processo I.S.S.	47.203.947	43.295.168
Processo I.P.T.U.	18.140.518	15.269.676
Processo COFINS	25.105.986	21.901.797
Processos Trabalhistas	431.695	-
Outros Processos	3.981.043	4.470.235
Total	**94.863.189**	**84.936.876**

Os advogados relatam a existência de diversos processos judiciais em andamento, cujas eventuais perdas, conquanto improváveis, não podem, por hora, ser devidamente quantificadas.

h. Outras despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas gerais	-	6.238.742
Despesas tributárias	2.334.566	2.196.949
Provisão trabalhista	90.559	202.920
Despesas vinculadas a programas sociais	234.000	341.771
Outras despesas	119.280	13.547
Total	**2.778.405**	**8.993.929**

i. Receitas financeiras líquidas

São representadas substancialmente por juros e variações monetárias e cambiais, decorrentes de aplicações financeiras, calculados e registrados contabilmente pelo regime de competência.

j. Outras receitas

Representadas principalmente por locação de imóveis (propriedades para investimento).

k. Patrimônio social

O Fundo Patrimonial não possui desdobramento em função da natureza da Fundação. Sofre mutações pela apuração de superávit ou déficit das operações ocorridas no exercício.

São Paulo, 09 de Março de 2018.

A DIRETORIA

LUIZ ANTONIO CABRINI CASSOLA
CRC-SP 136527/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Fundação Carlos Chagas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Carlos Chagas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Carlos Chagas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2018.

BINAH SP AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP009. 597/O-8

ISIDÉRIO DEUSDADO FERNANDES
CRC CT 1SP 165.075/O-2

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o edoc 414A615A